



Café com
Sustentabilidade

Edição 53
Abril 2018

GESTÃO E PRECIFICAÇÃO DE CARBONO

SUMÁRIO

04

Precificação de carbono e seus impactos para a gestão de risco

12

Empresas estão atentas à gestão do clima, mas precificação é pouco difundida

14

Precificação recebe apoio de grandes empresas no Brasil

18

Na mira, um planeta resiliente

24

Não é mais um imposto

CRÉDITOS

Coordenação

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor de Relações Institucionais

Fotografia

Tales Iwata

Redação

Andrea Vialli

Jornalista | MtB 29.798

Projeto Gráfico

Mveras Design



APRESENTAÇÃO

SINAIS DE PREÇO NORTEARÃO A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA VERDE

Em janeiro de 2014, as Nações Unidas, por meio de seu Programa de Meio Ambiente, lançavam um iniciativa mundial com o objetivo de canalizar capitais intermediados pelo setor financeiro para acelerar a transição para a economia verde. Na época, Murilo Portugal, presidente da FEBRABAN, aceitou o convite para integrar o Conselho Consultivo do projeto. Em abril daquele ano, em Washington, foi realizada a primeira reunião da iniciativa *Inquiring Into Design of a Sustainable Financial System* e na ocasião, Portugal apresentou sete dimensões fundamentais para a incorporação da sustentabilidade na economia mundial.

Três delas estão relacionadas com o tema que foi debatido durante a 53ª edição do Café com Sustentabilidade FEBRABAN, realizado em São Paulo em abril de 2018. A primeira dimensão é fazer com que os preços da economia reflitam impactos ambientais; a segunda é educar o consumidor para valorizar a sustentabilidade e a terceira é usar subsídios, taxas e regulação para lidar com as externalidades ambientais. Esses três conceitos foram fundamentais para a discussão naquele mês de abril de 2014, na primeira reunião do

Conselho Consultivo da iniciativa.

Desde a ocasião, já defendíamos que para criar fluxos de capitais consideráveis para a economia verde, seria necessário modificar os preços relativos dos bens e serviços benéficos ao meio ambiente *vis a vis* aqueles que não trazem benefícios ambientais. As Nações Unidas encerraram a *Inquiry*, que deixou um legado fundamental para o compromisso do setor financeiro internacional com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da economia verde.

Consideramos que a precificação do carbono é fundamental para a incorporação das externalidades ambientais aos preços da economia. As emissões de gases de efeito estufa pelas atividades econômicas, ao serem precificadas de forma diferenciada de acordo com seus impactos positivos ou negativos, farão diferença nas escolhas dos consumidores, empresas, governos e sociedade. O conceito é válido para o Brasil e o mundo: sinais de preço guiam as decisões das pessoas e das empresas.

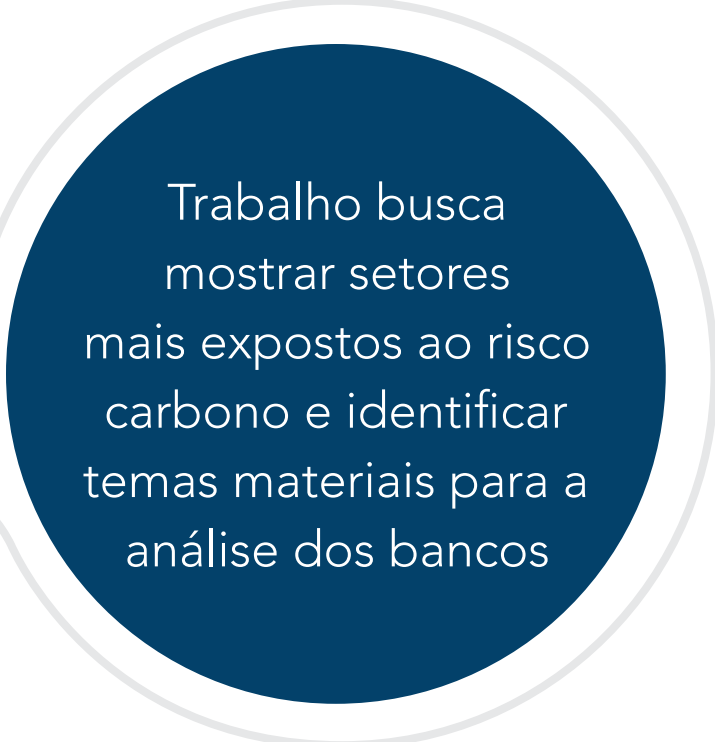
A precificação induzirá o desenvolvimento de novos negócios e tecnologias que tornem os negócios mais eficientes. Isso é revolucionário: ela trará novas oportunidades para o setor financeiro e para os empreendedores, criando um círculo virtuoso de negócios. Os estudos apresentados nesta 53ª edição do Café com Sustentabilidade FEBRABAN, realizados em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e o Carbon Disclosure Project (CDP) são um primeiro passo para aproximar a precificação do carbono da realidade brasileira, mostrando que terá impactos e deverá ser prioridade para toda a sociedade.

Boa leitura!

PRECIFICAÇÃO DE CARBONO E SEUS IMPACTOS PARA A GESTÃO DE RISCO

Annelise Vendramini



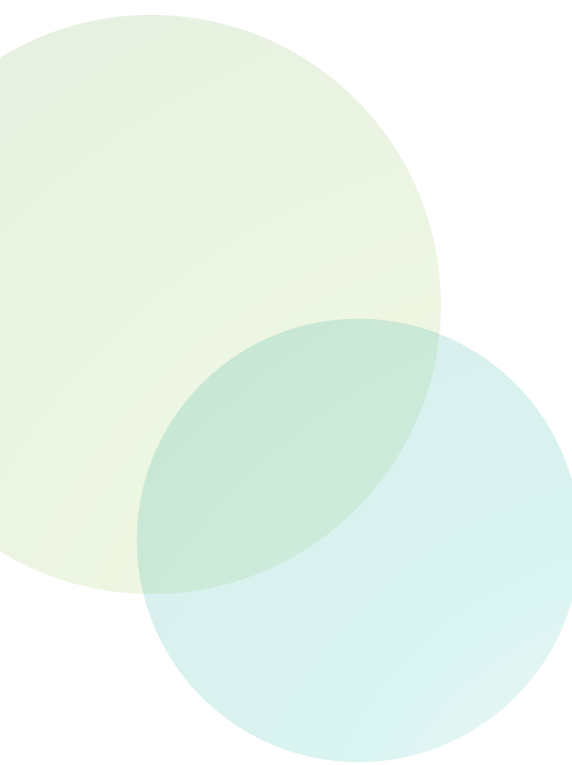


Trabalho busca
mostrar setores
mais expostos ao risco
carbono e identificar
temas materiais para a
análise dos bancos

A adoção de sistemas de precificação de carbono já é uma realidade em cerca de 40 nações e mais de 20 cidades, estados e regiões em todo o mundo. Estima-se que 15% das emissões globais de gases de efeito estufa já são cobertas por algum instrumento de precificação do carbono. Na América Latina, países como Chile, México e Colômbia já adotam mecanismos, e discute-se a criação de um potencial mercado comum de carbono.

Na 53ª edição do Café com Sustentabilidade FEBRABAN foram apresentados dois estudos sobre o tema. O primeiro, realizado em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces), identificou tendências para empresas e bancos ligadas às emissões de gases de efeito estufa e avaliou, por meio de

simulações, o potencial impacto da precificação de carbono nos resultados de empresas de setores importantes para a economia brasileira. O segundo, elaborado em parceria com o Carbon Disclosure Project (CDP), organização internacional que fornece um sistema global de dados ambientais voltados a investidores e mercado, mapeou as práticas adotadas por empresas brasileiras para gestão dos riscos e oportunidades da mudança do clima. Anelise Vendramini, coordenadora do Programa de Pesquisa em Finanças Sustentáveis do FGVces, fez a apresentação do primeiro estudo, realizado ao longo de um ano em parceria com a FEBRABAN. O

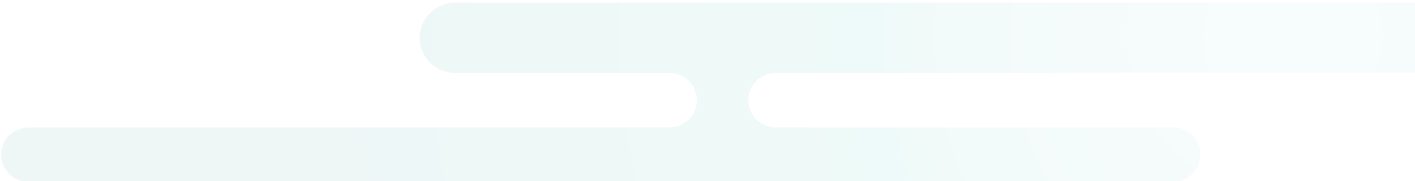


objetivo do trabalho foi discutir os potenciais impactos da precificação de carbono para a economia brasileira; compreender como os bancos e as empresas estão conduzindo a gestão do risco carbono, além de identificar temas de materialidade a serem avaliados nessa gestão de risco.

Não faltam motivações para se pensar na gestão do risco carbono. Uma delas é o projeto Partnership for Market Readness (PMR), trabalho concebido pelo Banco Mundial e liderado no Brasil pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de avaliar a conveniência da adoção de um processo de precificação de carbono no país e qual seria o modelo mais adequado, entre tributação e mercado de emissões. O projeto, do qual a FEBRABAN faz parte, inclui estudos que terão seus resultados publicados em 2019.

Outra grande motivação é a Força Tarefa Relacionada à Transparência das Informações Climáticas, criada no âmbito do Financial Stability Board (FSB). O relatório da iniciativa, divulgado em junho de 2017, propõe vários elementos para a avaliação do risco climático e está levando investidores e instituições financeiras a uma percepção de que a mudança climática é relevante para o binômio risco/retorno dos investimentos. Por fim, a Resolução 4.557/2017 do Banco Central trata, no artigo sexto, do risco socioambiental como importante fator para o processo de gerenciamento de risco das instituições financeiras.

O escopo do trabalho foi realizar uma análise quantitativa, com o objetivo de avaliar qual seria o impacto financeiro (sobre lucro e Ebitda) de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores, caso tivesse sido instaurado um processo de precificação do carbono no país no período de 2010 a 2015, além de identificar os setores sensíveis da economia brasileira que precisam estar mais atentos à questão climática e de precificação do carbono. Também foi feita uma análise qualitativa, onde foram avaliados elementos sensíveis da gestão para entender o que ocorre na prática das empresas em relação a este tema.



“A discussão está entrando em uma nova etapa: de considerar a questão climática como um elemento de risco para os negócios. É o risco carbono”, diz Annelise Vendramini

Metodologia - O estudo analisou uma amostra de 21 empresas listadas no Ibovespa (exceto o setor de serviços) que publicam relatórios de emissões de gases de efeito estufa e pertencentes a setores relevantes para a carteira de crédito dos bancos. A próxima parte da equação, explicou Vendramini, era definir o preço do carbono. Como não era objetivo do estudo calcular esse valor, recorreu-se a dois estudos que trabalham com cenários de preços de carbono. No primeiro, realizado pelo professor Ângelo Gurgel, também da FGV a pedido da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), foi considerado o agregado da economia brasileira em dois cenários: um de tributação e um de *cap&trade*. O resultado da modelagem é o preço do carbono variando entre US\$ 10 a US\$ 100/tonelada de CO₂ em um cenário de tributação (a variação de preços depende do setor, já que os custos marginais de abatimento do carbono são diferentes por setor); e de US\$14/tonelada no cenário *cap&trade*. O cálculo de Gurgel e equipe levou em consideração os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris (as NDCs), e os custos de redução de emissões de diversos setores da economia.

O segundo estudo utilizado para compor o preço do carbono na modelagem, “*Report of the High-Level Commission on Car-*

bon Prices” considerou o preço necessário para se atingir o Acordo de Paris. Nele, os preços variam de US\$ 40 a US\$80/tonelada em 2020 e US\$ 50 a US\$ 100 em 2030. “Esses foram os preços utilizados para os cálculos, mas não significa que serão os preços do carbono num cenário real”, salientou Vendramini.

Resultados - Caso o Brasil tivesse adotado alguma política de taxaço das emissões de carbono no período entre 2010 e 2015, as empresas brasileiras listadas na bolsa de valores enfrentariam queda nos lucros, mantendo-se tudo o mais constante (como tecnologia e estratégias redutoras de emissões de gases de efeito estufa, por exemplo). Para 81% das companhias, isso significaria uma redução no Ebitda de até 3%; 42,9% teria impacto de até 0,5%, e 9,5% delas poderiam sofrer perdas no Ebitda acima de 10%. Os setores mais afetados teriam sido os intensivos em carbono, como side-

rurgia, metalurgia, químicos, plásticos, borracha, papel e refino de petróleo, que representam 14,5% da carteira de crédito dos bancos no país em 2015. No cenário de comércio de emissões, 95,2% das empresas tiveram impacto de até 3%.

A modelagem que utilizou os valores de carbono do estudo *“Report of the High-Level Commission on Carbon Prices”* levou em conta apenas um cenário de taxaço e não trouxe resultados díspares em relação à primeira simulação. Nele, 81% das empresas apresentam impacto no Ebitda abaixo de 3%, sendo que 57% a queda no resultado foi de até 0,5%. “A validade desse exercício é apontar fragilidades de empresas e setores que precisam prestar atenção ao potencial risco climático sobre seus resultados financeiros. Do ponto de vista dos bancos, a modelagem sugere o potencial risco de suas carteiras de crédito, que precisa ser observado e gerenciado”, disse a coordenadora da pesquisa. O risco de transição, como o nome sugere, está relacionado às mudanças impostas pela migração a uma economia de baixo carbono: são riscos de natureza política e legal, tecnológicos, de mercado e de reputação. A precificação faz parte da categoria de riscos políticos e legais. O desenvolvimento de tributos ou de um mercado de emissões demandará políticas públicas e um arcabouço jurídico, uma vez que os mercados de carbono são

“A Força Tarefa do FSB considera que há dois grandes grupos de risco: o risco de transição e o risco físico associado às mudanças climáticas”



altamente regulados. Já os riscos físicos são aqueles associados às mudanças do clima propriamente ditas: eventos climáticos extremos ou crônicos, pelo aumento do nível do mar e adaptações nos ambientes urbanos.

Como mostra o atual cenário global, a precificação de carbono pode vir de dois caminhos não excludentes: política pública estabelecendo o processo de precificação, que pode ser via tributação ou comércio de emissões, ou mesmo um híbrido, utilizado por muitos países. O sistema de comércio de emissões parte de um estabelecimento de qual é o nível de emissões máximo permitido naquela economia; e na tributação, se estabelece o valor do carbono, de modo que as empresas vão mudar seus processos produtivos tendo em vista o preço. As NDCs resultantes do Acordo de Paris cobrem 96% das emissões globais e muitas delas contemplam a precificação, então se caminha para um processo de massificação desses mecanismos em todo o globo, acredita Vendramini. Os preços do carbono dentro dessas iniciativas variam muito: vão de valores inferiores a US\$1/tonelada até US\$ 126/tonelada. Na América do Sul e México já existem iniciativas de tributação de carbono e há uma discussão em curso

“Práticas dos bancos internacionais variam, mas a maioria adota preços internos para o carbono”

de se criar um mercado regional de carbono. Para se preparar para o futuro, há empresas que estabeleceram um processo de precificação interna, adotando um preço para o carbono (que pode ser teórico ou baseado na média dos mercados internacionais) e o incluem no seu processo de decisão ou análise de investimentos.

Aprofundamento: uma análise qualitativa da prática das companhias - A segunda parte do estudo, realizada em parceria com o CDP, analisou o que as empresas estão fazendo em relação à gestão do risco carbono. Foram entrevistadas quatro empresas: Braskem, CPFL Energia, Fibria e Vale, seguindo o framework proposto pela Força Tarefa do FSB, que avalia quatro pilares: governança (as empresas possuem instâncias dedicadas à sustentabilidade, com equipes e orçamentos próprios? O tema da mudança climática é considerado estratégico e transita por diferentes áreas da empresa?); estratégia (há drivers diferentes para atuação em gestão do carbono? Há frentes de mitigação?); gestão de risco (as empresas analisam os riscos para os negócios sob condições climáticas imprevisíveis? Consideram planos de adaptação?); métricas e metas (possuem algum tipo de meta de redução das emissões de gases de efeito estufa? Utilizam algum mecanismo de precificação interna de carbono?).

De acordo com Vendramini, foi possível observar estratégias bem definidas na amostra das quatro empresas, onde a questão do clima não está concentrada em uma área única – o tema está disseminado em várias áreas corporativas.

O estudo também buscou conhecer as práticas de cinco bancos internacionais (Credit Suisse, Goldman Sachs, Société Générale, BNP Paribas e IFC) e a brasileira Itaú Asset Management. As práticas variam, mas a maioria adota a precificação interna de carbono, tanto para sua própria gestão de emissões quanto para avaliar o risco de crédito dos clientes. O banco francês Société Générale adota preço interno de carbono desde 2011, em torno de US\$ 10/tonelada, e persegue metas corporativas de eficiência ambiental. O americano Goldman Sachs não divulga o preço de carbono que adota, mas utiliza os valores nas operações internas, priorizando data



centers e escritórios administrativos. O Credit Suisse usa um preço para financiamentos específicos, mas não para operações internas. Também francês, o BNP Paribas analisa os setores com maior exposição ao risco carbono (óleo e gás, mineração, carvão e alumínio, energia, transportes, construção, cimento) e para cada setor, analisa o impacto médio do preço do carbono, dentro de uma faixa fixada entre US\$25 e US\$ 40/tonelada)

O IFC definiu o preço do carbono em US\$ 38/tonelada e adota a prática de realizar teste de stress do portfólio para *project finance* de três setores (cimento, químico, energia térmica, que representa 40% dos projetos) com planos de expandir para outros setores. De acordo com Vendramini, já existe um movimento dos bancos internacionais de fazer teste de stress com sua carteira. “A questão não é negar crédito a determinada empresa por não ter bom desempenho na questão climática, mas abrir diálogo para que ela passe a considerar a questão climática em suas estratégias. O papel dos bancos é dar assessoria e financiar essa transição”, explica. No Brasil, o estudo analisou o exemplo do Itaú Asset Management, onde a precificação (US\$ 12/tonelada) é utilizada como um sinalizador de risco para fomentar o diálogo com o cliente e entender onde estão os potenciais fatores de risco.

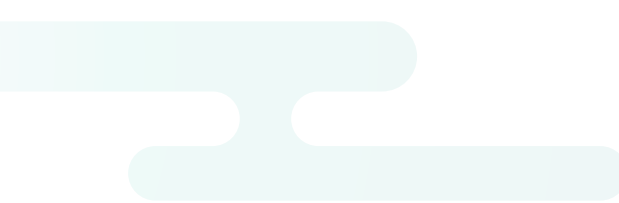
O trabalho termina com algumas recomendações: tendo em vista as práticas já assumidas pelos grandes bancos internacionais, já não é suficiente que as empresas façam inventários de carbono – elas precisam ter estratégias bem delineadas de gestão do risco carbono. Para as instituições financeiras, utilizar ferramentas de gestão de risco climático, que simulam o impacto da precificação de carbono em indicadores de valoração de ativos, é um bom ponto de partida. Exemplo é a ferramenta online www.invesciente.com.br, desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade e Sustentabilidade da FGV.



EMPRESAS ESTÃO ATENTAS
À GESTÃO DO CLIMA,
MAS PRECIFICAÇÃO É
POUCO DIFUNDIDA



Juliana
Lopes



Estudo do CDP
revela que
são poucas as
companhias que
adotam um preço
interno de carbono

A compreensão de que o sistema econômico vigente é míope – vê o mundo somente pela ótica econômico-financeira, negligenciando as questões socioambientais – foi a inspiração para a criação do CDP há 18 anos. Os fundadores da organização procuraram representantes do mercado financeiro para propor que eles integrassem as questões ambientais nas análises financeiras, levando o então novo conceito de sustentabilidade para empresas e investidores. O objetivo era forjar uma transformação nos mercados de capitais e tornar a gestão corporativa das mudanças climáticas uma prática de negócios.

A adesão ao CDP é de caráter voluntário, e o grande fator de êxito é que os pedidos são feitos em nome de investidores e de empresas-âncoras que, na posição de clientes, solicitam essas informações dos seus fornecedores. A iniciativa também abrange cidades – são 540 governos subnacionais que reportam suas estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas. As informações compiladas pelo CDP junto às empresas alimentam uma série de provedores de informação do mercado financeiro, incluindo grandes canais como Bloomberg e Thompson Reuters, na forma de pesquisas, índices, ratings e fundos. Agora, o CDP também passa a contribuir com os estudos da FEBRABAN.

Para o estudo “Práticas Empresariais de Gestão de Riscos Climáticos no Brasil”, apresentado durante o 53º Café com Sustentabilidade, foi realizada uma análise quantitativa de 71 empresas brasileiras participantes do programa Climate Change do CDP em 2016, de um total de 120 convidadas, a maioria listadas no índice IbrX100 da B3. Para a análise quantitativa, foram pesquisadas 20 empresas que publicaram inventário de emissões de gases de efeito estufa nos últimos três anos, em alinhamento com o estudo conduzido pela FGV. Também foram observadas experiências internacionais de nove bancos mapeados no universo do CDP.

“A rede do CDP conta com a participação de 6.000 empresas do mundo todo, mais de 800 investidores, e 100 corporações que solicitam essas informações”

Juliana Lopes, diretora do CDP América Latina, apresentou os principais destaques do estudo: 79% das empresas afirmam integrar as mudanças climáticas à estratégia dos negócios avaliando cenários futuros e oportunidades; 65% delas integram os riscos climáticos aos processos de identificação e gestão de risco da companhia. “Quando se aprofunda a pesquisa, percebe-se que existem práticas diferentes nas empresas em relação ao risco climático. Há as que trabalham o clima de forma integrada à gestão de risco da companhia; e algumas contam com procedimentos específicos para a gestão do risco climático”, explica Lopes. O estudo do CDP também aprofundou-se na precificação de carbono dentro das companhias, tema que acompanha desde 2013. Da amostra quantitativa de 71 empresas, 17% afirmam utilizar um preço interno de carbono para direcionar seus investimentos; 18% ainda não utilizam desse precedente, mas pretendem fazê-los nos próximos dois anos, mas 62% não usam um preço interno de carbono, nem pretendem adotar essa estratégia nos próximos dois anos – o que equivale a 37 companhias. “Esse é um ponto de atenção para os bancos, principalmente porque em 2019 o governo brasileiro comunicará uma decisão em relação a mecanismos de precificação de carbono”, afirma Lopes. Segundo ela, esse grupo poderia ser prioritário para um engajamento.

A precificação interna de carbono é uma abordagem importante, pois ao incorporar os preços das emissões aos orçamentos e decisões de investimento, permite integrar os riscos das mudanças climáticas às estratégias de negócios.

Do ponto de vista dos bancos, a pesquisa mostra que há desafios, como a adequação dos processos e rotinas das instituições financeiras para integrar a variável do risco financeiro da mudança climática, mas também oportunidades, como a criação de novos produtos e serviços, em linha com as instruções normativas recentes do Banco Central.



Ana
Carolina
Szklo

PRECIFICAÇÃO RECEBE APOIO DE GRANDES EMPRESAS NO BRASIL

Em carta, associadas ao
CEBDS apoiam mecanismo
e querem estar preparadas

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é uma das organizações empresariais que mais têm atuado na defesa dos temas de sustentabilidade no País, especialmente na agenda das mudanças climáticas. Com 21 anos de estrada, a associação sem fins lucrativos tem interlocução próxima à alta liderança de 60 grandes empresas e representa, no Brasil, o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), que reúne 200 grupos empresariais.

Ana Carolina Szklo, diretora de Desenvolvimento Institucional do CEBDS, apresentou o mais recente compromisso das associadas à instituição, a *Carta Aberta: Setor Privado apoia Precificação de Carbono no Brasil*, documento assinado por 26 CEOs e CFOs que defende a adoção de um mecanismo de precificação adequado às características da economia e ao perfil de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. O compromisso foi lançado no final de 2017. No ano anterior, durante da COP22, realizada em Marrakesh, no Marrocos, o CEBDS havia lançado um Guia de Precificação de Carbono voltado a seus membros, com o objetivo de mostrar como as empresas poderiam se posicionar em relação ao tema. Este guia rendeu alguns workshops e em abril de 2017, ocorreu uma reunião do Conselho de Líderes do CEBDS com a secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas

sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Patricia Spinoza, que trouxe provocações contundentes ao setor privado brasileiro.

O CEBDS abraçou a ideia e, em conjunto com a Iniciativa Empresarial em Clima (IEC) e com o apoio do Banco Mundial, por meio da *Carbon Pricing Leadership Coalition*, o documento foi elaborado. “A ideia da Carta é levar a discussão para esferas que não são alcançadas dentro das empresas, indo além do corpo técnico, de modo que reduza a assimetria de informação sobre essa pauta entre as diferentes esferas e instâncias governamentais e empresariais”, explica Szklo.

A Carta defende três pilares: a inclusão da precificação de carbono nas políticas climáticas; a criação de estruturas que apoiem o investimento em ativos de baixo carbono no Brasil, hoje e no futuro, com transparência nas finanças e investimentos; e a garantia de utilização de ferramentas e métricas que incorporem eficazmente os riscos e as oportunidades das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) nas avaliações financeiras. Os compromissos dos signatários incluem adotar a precificação interna de carbono como um instrumento para a tomada de decisão nos negócios – e sempre que possível, monitorá-los e ajustá-los; e colaborar com o setor público e outras empresas, especial-

“No entendimento da UNFCCC, apesar do envolvimento do Ministério da Fazenda com o programa PMR, o Brasil ainda não participava ativamente de fóruns estratégicos relacionados ao tema da precificação de carbono”

mente com a cadeia de valor, por intermédio da divulgação de boas práticas, da troca de experiências e de parcerias, visando seu engajamento no debate.

O documento tem sido apresentado em vários fóruns - ao ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho; ao presidente da Frente Parlamentar da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, senador Jorge Viana; e em encontros no Banco Central e no Ministério da Fazenda, instâncias essenciais para desenhar os próximos passos da estratégia. “Ficou claro, no final do ano passado e início de 2018, que ainda falta informação e coordenação no governo sobre o tema, e o setor privado tem muito a contribuir”, diz a diretora de Desenvolvimento Institucional do CEBDS. Segundo ela, outra estratégia em curso é o engajamento de executivos de alto nível, grupos de investidores, reguladores e cúpula da Fazenda sobre a precificação. “Esse trabalho vai gerar um relatório que será apresentado ao Banco Mundial e governo com sugestão dos próximos passos”, afirmou Szklo.



NA MIRA, UM PLANETA RESILIENTE



Desafio é complexo, mas também traz oportunidades para bancos e empresas

Após a apresentação dos estudos do FGVces, do CDP e da carta compromisso do CEBDS, o 53º Café com Sustentabilidade FEBRABAN abriu espaço para um debate conduzido por Paula Peirão, coordenadora do programa de Finanças Sustentáveis do FGVces, do qual participaram Azim Akbaraly, especialista de Responsabilidade Social Corporativa do BNP Paribas Brasil; Renato Eid Tucci, responsável pela Área de Integração ESG da Itaú Asset Management; e João Carlos Augusti, gerente de Meio Ambiente Florestal da Fibria, que contribuiriam com a visão do setor financeiro e produtivo sobre a precificação do carbono no Brasil.

Azim, do BNP Paribas Brasil e membro da Comissão de Sustentabilidade da FEBRABAN, comentou sobre os estudos do FGVces e CDP e ressaltou que, nos vários campos da economia brasileira, as empresas estão avan-

çando em considerar as mudanças climáticas em suas estratégias corporativas. Segundo ele, os dados trazidos pelo CDP, em particular, mostram o quanto as empresas estão associando o clima à gestão de risco. “As instituições financeiras e a sociedade em geral querem ver esse movimento acontecer, para que se consiga manter o aumento da temperatura global abaixo de 2°C”, afirmou.

Azim ressaltou ainda que as instituições financeiras têm uma responsabilidade a mais em relação a outros setores da economia, que é observar o risco que as mudanças climáticas representam para sua carteira de crédito e operações – o que é importante não só para o banco, mas também para a resiliência do sistema financeiro como um todo.

Em relação ao tema, o BNP Paribas trabalha em várias frentes – do apoio a pesquisas sobre mudanças climáticas desde 2010, por meio de sua fundação; até o gerenciamento das próprias emissões, com a meta de reduzir 25% da pegada de carbono por empregado até 2020. No final de 2017, o banco francês decidiu tornar-se uma empresa neutra em carbono: as emissões de suas operações que não conseguir reduzir serão compensadas com projetos florestais no Quênia e na Índia. No que tange ao próprio negócio, há políticas de gestão de risco socioambiental, onde monitora critérios de desempenho das empresas. Em 2017, o BNP Paribas decidiu não financiar mais projetos de carvão, mineração de carvão térmico e exploração de petróleo e gás não convencionais, como o gás de xisto e areias betuminosas. O banco também restringiu o

“O horizonte do risco climático era visto como distante, mas está pouco a pouco se materializando” – Azim Akbaraly, BNP Paribas



financiamento à exploração de petróleo no Ártico. O BNP Paribas também enxerga a questão climática como uma oportunidade de acompanhar seus clientes na transição para um mundo de baixo carbono, com times dedicados ao desenvolvimento de produtos de finanças sustentáveis e com um apoio forte às energias renováveis.

Mais recentemente, o BNP Paribas decidiu integrar na avaliação de crédito um preço implícito do carbono de forma a entender os riscos físicos e de transição que as mudanças climáticas trazem para clientes em setores mais expostos. O BNP Paribas também monitora sua carteira para pilotar a matriz energética que financia. Segundo Azim, isso tem sido incentivado na Europa pelos reguladores, porque eles entendem que a transição para um mundo de baixo carbono deve ser

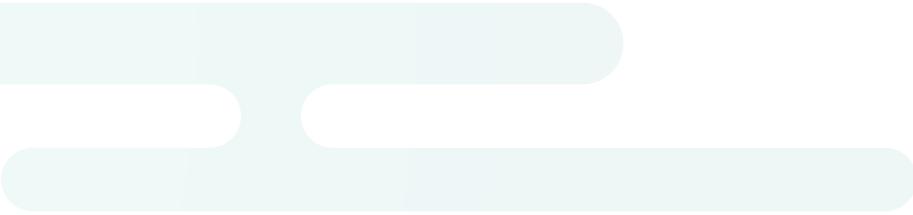
feita de maneira progressiva, para proteger a economia contra riscos sistêmicos. Azim afirmou que essas mudanças devem apoiar-se em maior transparência e diálogo sobre os riscos climáticos – como coloca a própria Força-Tarefa do FSB.

Renato Eid Tucci, responsável pela gestão das estratégias Beta e pela integração de critérios ESG (sigla para ambiental, social e governança) na análise de investimentos da Itaú Asset Management, fez um breve histórico da atuação da gestora de ativos no campo da sustentabilidade. “Esta não é uma corrida de 100 metros. É uma jornada que vem sendo desenhada nos últimos 15 anos com o lançamento do primeiro fundo com esses critérios”, afirmou. Em 2008, a gestora se tornou signatária dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) das Nações Unidas e vem desenvolvendo ferramentas para integrar a materialidade das questões ESG aos portfólios. Em 2010 elaborou um modelo para a precificação do tema em renda variável e em 2014 expandiu a ferramenta para a renda fixa.

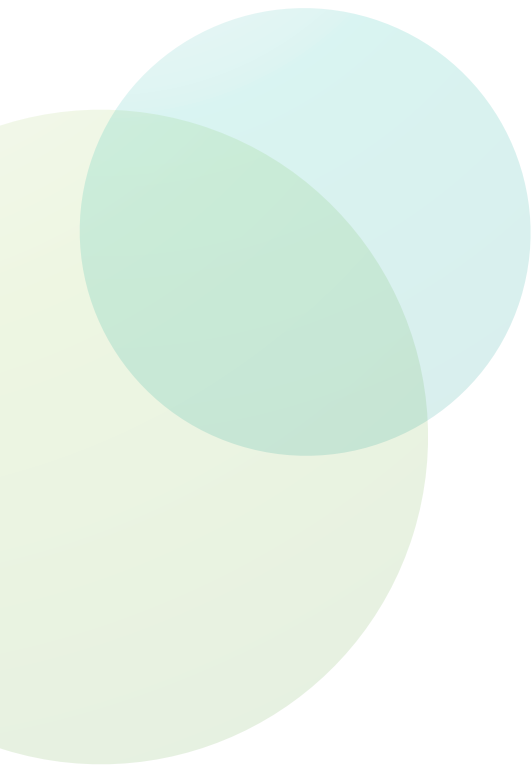


O modelo adotado abrange oito dimensões e analisa o desempenho das empresas nos critérios sociais, ambientais e de governança. Na parte de mudanças climáticas, um dos eixos sensíveis é a precificação do carbono, explicou Tucci. “Temos uma curva de carbono que se inicia em 2020 e evolui até 2050. O grande desafio é saber qual preço utilizar: se for US\$ 0,10/tonelada, talvez não tenha um problema. Se for US\$ 100/tonelada, talvez inviabilize muitos dos negócios que estão aí”, afirmou. Segundo ele, essas ferramentas elevaram o AUM (ativos sob gestão, na sigla em inglês) coberto pela análise de sustentabilidade de 10% no início desta década para mais de 90% atualmente.

Não é de hoje que empresas produtoras de commodities e dependentes do capital natural estão sob intenso escrutínio de organizações da sociedade civil e esse quadro tende a se acentuar, afirmou João Carlos Augusti, gerente de Meio Ambiente Florestal da Fibria, que trouxe ao debate a visão do setor produtivo. A empresa exporta entre 90% e 95% da produção de celulose e está exposta a clientes, investidores e sociedade, que questionam suas ações em relação a mudanças climáticas e outros fatores socioambientais.



“Hoje é difícil ter um produto da Itaú Asset Management que não esteja coberto pela integração ESG. Isso se reflete em benefícios para nosso cotista” – Renato Eid Tucci



Por isso a Fibria atua em duas frentes de trabalho: adaptação e mitigação. “Uma empresa cuja matéria-prima vem de florestas está 100% exposta às mudanças climáticas. Tivemos eventos recentes de baixa precipitação e altas temperaturas, que tem afetado a nossa produção de madeira”, afirmou Augusti. Segundo ele, tanto investidores quanto clientes percebem esse risco, que é um dos principais drivers da área de pesquisa da Fibria, que está constantemente buscando desenvolver novos clones e técnicas de manejo do eucalipto, adaptados às mudanças climáticas.

Os extremos climáticos também afetam as indústrias. “Se faltar água ou chover demais, corremos risco também”, ressaltou o diretor. A empresa já enfrentou problemas com “quebra de safra” de eucalipto que abastece a unidade industrial de Aracruz (ES), em razão de seca nos últimos três anos, e quase teve a fábrica de Jacareí (SP) inundada por uma cheia do Rio Paraíba do Sul, há cinco anos. Para estas situações medidas preventivas e corretivas são desenvolvidas buscando eliminar os riscos.

Na mitigação são trabalhadas questões de comunicação direta e transparente, a exemplo dos investidores com reuniões e as plataformas do CDP e TCFD, quanto as regulatórias. Augusti dá como certa a adoção de um mecanismo de precificação do carbono no Brasil nos próximos dois anos e já se prepara para esse cenário, adotando um preço interno de carbono – são US\$ 5/tonelada em projetos florestais, US\$ 10/tonelada para projetos industriais e de logística, e US\$ 30/tonelada para os projetos que ainda vão sair do papel. No ano passado, a empresa também viu uma oportunidade de captação e fez sua primeira emissão de *green bonds*. “Em road shows atingimos um público maior de investidores e vimos que cerca de 40% dão preferência para investimentos verdes”, disse o diretor.




“O jogo já está rolando e todas as empresas estão nele, seja as mais carbono-intensivas até as menos. Mesmo as menos atingidas vão buscar matérias-primas nos setores que serão regulados, então indiretamente também serão afetadas” – João Carlos Augusti, Fibria

A photograph of Mário Sérgio Vasconcelos, a man in a dark suit and blue patterned tie, standing at a podium. He is looking towards the camera with a slight smile. The podium has a microphone and a laptop. The background is a plain wall. There are decorative green shapes in the top right corner of the image.

Mário Sérgio
Vasconcelos

NÃO É MAIS UM IMPOSTO



A discussão sobre a adoção de um mecanismo de precificação de carbono no Brasil resvala em um receio que é o comum a todos os segmentos da economia e da sociedade: de que um eventual imposto sobre o carbono seja mais um elemento para aumentar a já pesada carga tributária do país. O diretor de Relações Institucionais da FEBRABAN, Mário Sérgio Vasconcelos, encerrou o evento com ponderações a respeito.

“Não me parece relevante que seja pensado qualquer coisa que aumente a carga tributária do país, que já é muito alta”, afirmou. Segundo ele, os caminhos devem convergir para que se produzam estudos que questionem o volume de subsídios que são gastos em determinadas atividades que não mereceriam esses recursos. “Um projeto dessa natureza pode ficar comprometido se for uma taxaçaõ pura e simples. É preciso rever a estrutura tributária do país”.

O segundo ponto que merece atenção, segundo Vasconcelos, é aproveitar os desafios regulatórios das mudanças climáticas para trazer benefícios para a economia brasileira. As florestas, o agronegócio e a próprio clima favorável do país trazem oportunidades econômicas em um cenário de baixo carbono. “Somos um país que já deveria estar em um patamar de desenvolvimento mais alto do que estamos e isso passa pela educação e informação. Temos uma parte dessa responsabilidade como cidadãos e cidadãs brasileiras”.

